

# Discurso de posse

Conselheiro Fernando Correia

**É** com grande alegria que assumo pela segunda vez o honroso cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Rejubilo-me pela distinção que obviamente esta investidura significa para quem tem a ventura de alcançá-la.

Impõe-se, de logo, destacar o trabalho desenvolvido pelo Conselheiro Severino Otávio Raposo. À frente do nosso Tribunal, sem renunciar aos seus poderes, teve a cautela de exercê-los democraticamente, ouvindo os seus pares. Avançou na informatização do Tribunal. Inúmeros cursos de aperfeiçoamento foram ministrados, culminando com a criação da Escola de Contas Professor Barreto Guimarães.

Todavia, simultaneamente, carrego pesadas preocupações com o nosso País, na quadra adversa que atravessamos. Sei que não são isolados estes temores, mas, antes, este sentimento predominante no espírito de qualquer um que se der ao trabalho de meditar profundamente sobre a grave situação do povo brasileiro, conduzido por uma política econômica que submete seus mais altos interesses aos desígnios do mercado financeiro internacional.

A política que vem sendo implementada, senhores conselheiros, leva ao enfraquecimento das mais caras instituições da ordem democrática republicana, a começar pelo princípio da participação dos poderes e da distribuição das competências pelas diferentes esferas administrativas.

Desavisadamente, alguém poderia questionar-se sobre a pertinência de tão abrangentes preocupações advindas de alguém encarregado de presidir uma corte de contas, à qual, atendo-se à letra fria da Lei, competeria apenas pugnar pela correta aplicação dos recursos públicos.

Não pode haver engano maior.

De fato, cabe a nós, conselheiros, procuradores, auditores e técnicos das Cortes de Contas

o controle da gestão do patrimônio público, apreciando todos os atos quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. Tais atribuições, aqui sumariamente esboçadas de acordo com o exposto no texto da nossa Carta Magna, são extremamente complexas, só podendo ser executadas na plenitude com todo o esforço que formos capazes de empreender.

É fundamental compreender, porém, que a fiscalização dos gastos públicos; a análise das prestações de contas dos Poderes e o acompanhamento diuturno, de caráter orientativo, que esta Casa dá aos administradores são atribuições cuja dimensão transcende a esfera técnica.

Os Tribunais de Contas são instituições fundamentais ao bom funcionamento do Estado Democrático, como vaticina o grande constitucionalista brasileiro José Afonso de Silva. Mas só realizam a contento sua missão produzindo uma combinação bem dosada do rigor técnico com a sensibilidade política, eis que todos nós que aqui estamos somos, antes de mais nada, homens públicos preocupados com o futuro do País e com os graves problemas sociais do nosso povo. As leis espelham a sociedade.

Essa tarefa, tão mais árdua para todos nós, na medida em que vivemos a confusão de valores que caracterizam os fins de século. No magistral artigo “*O Mundo às Avessas*”, publicado na “Folha de São Paulo” de 3/12/98, a historiadora Maria Sílvia de Carvalho Franco, autora do clássico “*Homens livres na ordem escravocrata*”, denunciou o que chamou de inversão de valores.

Escreveu a historiadora: “*O financiamento com recursos públicos, feito a particulares privilegiados, para a compra de patrimônio coletivo simula a função de estimular o surgimento de competidores... quem recusa a leniência em assuntos públicos converte-se em purista; o poder discricionário transfigura-se em interesse público; o*

*arbitrio em prudência; a temeridade em 'riscos calculados'".*

Riobaldo, o jagunço-filósofo do "Grande Sertão: Veredas, criação de João Guimarães Rosa, proclamava, a cada passo", que viver é muito perigoso. Para entender a insistência com que tal assertiva era repetida é preciso atentar ao contexto histórico que é o pano de fundo do romance.

A história se passa na segunda metade do século passado, em um espaço geográfico que vai do Norte do Estado de Minas Gerais aos limiares do Centro-Oeste, chegando à margem do São Francisco pelo raso da Catarina, que aparece transfigurado com o Liso do Sussuarão.

O momento marca os esforços do Estado brasileiro para impor sua autoridade, a qualquer preço - e Canudos é episódio emblemático - a todo o vasto território do país. O que se lê e vê é o lusco fusco dos papéis sociais, onde um jagunço hoje é polícia e amanhã de novo jagunço. A autoridade é a da força, mas também da esperteza diligente. Até a fé resvala do fanatismo à total relativização, o que leva o protagonista a fazer um pacto com o demônio e a gastar toda uma existência questionando-se se fez ou não o tal pacto.

Se Riobaldo sáísse das páginas do "Grande Sertão" para viver entre nós certamente continuaria proclamando que viver é perigoso demais. E, estou certo, gastaria todo o conhecimento que amealhou, filosofando sobre a vida, para tornar mais claras as coisas entre nós.

Eis a nossa missão definida em toda a sua abrangência. Contribuir para que não prospere a confusão e sim a clareza. Para colocar, no lugar do lusco-fusco dos valores, a verdade inquestionável do povo, traduzida nas leis que seus legítimos representantes editarem. Separar, como na Bíblia, o joio do trigo. Impedir que quem recusa a leniência em assuntos públicos seja convertido em "purista" e que o poder discricionário possa transfigurar-se em interesse público.

Como cidadão e membro deste Tribunal, portanto, sinto-me no dever de proferir algumas palavras sobre os efeitos avassaladores que as medidas do Governo Federal, editadas por decretos e medidas provisórias, têm causado aos estados e municípios. Efeitos que vêm levando a população brasileira, do mais recôndito distrito aos maiores centros urbanos, a se debater não mais com a in-

flação mas com o desemprego, a fome e a violência.

O professor Carlos Lessa indagado como vê os atuais desafios do País, respondeu: "*Estou envolvido, há três ou quatro anos, com questões completamente novas para mim, que têm me custado muito esforço, mas estão situadas fora do campo da economia. Tenho lido como um garoto de colégio. Tudo porque cheguei à conclusão de que a construção de qualquer projeto voltado para o futuro do Brasil precisa, como pré-requisito, retocar duas questões fundamentais: a da identidade nacional e a da auto-estima. Sem se reconhecer e se considerar capaz um povo perde a possibilidade de sonhar e de ter utopias, deixa de ser sujeito da sua própria história, e passa à condição, digamos de material etnográfico. Quando isso se instalar as grandes idéias desaparecem e, com elas, as grandes opções insensíveis da natureza econômica*" (*Visões da Crise*, ed. 1998, pp. 101/102). *Mais adiante diz o citado professor: "Se o nacionalismo é cultivar a idéia de identidade e levantar a auto-estima, então ele é absolutamente indispensável para enfrentar os desafios atuais"* (p. 111).

Para cumprir o que exige o receituário, a começar pelo Acordo Multilateral de Investimentos, o chamado AMI, elaborado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que congrega vinte e nove países mais ricos do mundo, empresas estrangeiras terão mais poder do que os estados nacionais.

O Brasil, afogado em dívidas e entregue ao sistema financeiro internacional, concentra, desse modo, todo o seu fôlego na administração da dívida externa, que cresce assustadoramente.

Em 1984, a dívida externa brasileira era de US\$ 4 bilhões. Hoje já ultrapassa a casa dos US\$ 200 bilhões. A dívida mobiliária federal (dívida em títulos públicos) atingiu R\$ 68 bilhões em dezembro de 1993, o ano que antecede o Plano Real, chegando em 1998 a ultrapassar os R\$ 300 bilhões. Só o Governo Federal deve gastar, neste ano de 1999, cerca de R\$ 37 milhões com sua dívida mobiliária, enquanto o Orçamento Geral da União prevê (depois dos cortes prometidos ao FMI) R\$14, 2 bilhões para a saúde e R\$4 bilhões para a educação. Nos dois setores sociais mais importantes, a União gastará apenas a metade do que pagará aos

credores de sua dívida interna: os grandes aplicadores brasileiros e estrangeiros.

Desde o início da administração, o Governo Federal ignorou os alertas sobre o perigo de submeter o nosso País a uma abertura econômico-financeira acelerada demais e a uma dependência excessiva do capital externo, num mundo absolutamente imprevisível. O resultado dessa política foi a perda de mais de US\$ 17 bilhões em reservas cambiais em apenas duas semanas, entre o final de agosto e início de setembro de 1998. Desse modo, o equivalente a uma Telebrás sumiu pelo ralo, na esteira da moratória da Rússia.

Nessa marcha, as autoridades econômicas da esfera federal vêm permanentemente retirando dos estados e municípios a parca disponibilidade financeira, atingindo de forma direta todos os setores produtivos, impedindo governadores e prefeitos de cumprir com as suas obrigações fundamentais junto à população. Os pesados cortes de recursos nas transferências federais que são devidas aos entes federativos, em um contexto de recessão econômica, levam estados como Pernambuco, já fortemente atingido pela seca e pela crise estrutural da zona canavieira, a desenvolver verdadeira estratégia de guerra para manter em funcionamento os serviços básicos.

O respeitado professor Milton Santos ao avaliar a crise brasileira, com muita lucidez, diz que *“uma das razões da crise brasileira atual vem do fato de que as divisões do território e o conteúdo dessas divisões não respondem mais às demandas nem da população nem das economias territoriais. O território não é mais regulado pelo Estado, mas pelas grandes empresas. O que o Estado tenta regular são os apetites dessas empresas que formam uma roda flexível, desterritorializada”* (ob. E vol. Cit. P. 91).

O sempre festejado mestre Celso Furtado

assim se pronuncia: *“Daqui a algum tempo, governar o Brasil se tornará muito difícil. Seremos tão dependentes de recursos externos que qualquer mudança na conjuntura internacional, qualquer modificação nos fluxos financeiros trará conseqüências seriíssimas. A instabilidade macroeconômica potencial aponta para uma crescente ingovernabilidade”* (ob. cit.p. 12).

Na verdade a globalização, tão cantada, tem severas conseqüências negativas. Destacando-se a crescente instabilidade macroeconômica e a exclusão social.

O nosso maior problema é o social, com duas vertentes fundamentais: a geração de empregos e o combate à fome.

Mas não sejamos pessimistas. Não sou. Não quero nem posso ser pessimista, não no instante em que assumo as responsabilidades deste honroso cargo.

Volto a Riobaldo para dizer o que Guimarães Rosa diz através dele: *“o espírito da gente é cavalo que escolhe estrada: quando ruma para tristeza e morte, vai não vendo o que é bonito e bom”*.

Precisamos prosseguir pela estrada que nos conduz à nossa gente, que nos revele as suas dificuldades e necessidades, para que possamos julgar os atos dos administradores com o equilíbrio e a competência que sempre nortearam os trabalhos desta Casa. Forçoso é reconhecer que, se existem dificuldades, também há a grande energia criadora do nosso povo, os exemplos que alguns brasileiros notáveis nos legam, e a vontade que temos de fazer um país cada vez melhor.

É sobre essa realidade que iremos trabalhar.

Recife, 4 de janeiro de 1999.